

CÓDIGO FLORESTAL: ENQUANTO A REVISÃO NÃO VEM

O Congresso Nacional discute, há anos, a revisão do Código Florestal, porém a polêmica ainda promete ir longe. Enquanto isso, vigora no País um emaranhado de leis que deixa até a fiscalização perdida.

Decretos, medidas provisórias e resoluções dos conselhos nacional e estaduais de meio ambiente amontoam-se sobre o Código Florestal desde que este entrou em vigor, em 1965. O emaranhado de leis e regras gera polêmicas até entre ministros do mesmo governo e obriga especialistas em Direito Ambiental a refletir antes de afirmar o que vale e o que não vale, no campo.

As consequências não poderiam ser piores: proprietários rurais e conservacionistas divergem em lugar de se aliarem, técnicos agrícolas e ambientais apostam em orientações conflitantes e todos perdem, inclusive e sobretudo, a sustentabilidade agropecuária e a conservação ambiental.

Enquanto o País espera a revisão prometida pelo Congresso Nacional, quem está no campo precisa tomar medidas práticas para se ajustar, evitando multas e o embargo de lavouras e pastagens. As alternativas mais práticas e promissoras – econômica e ecologicamente – surgem da cooperação entre organizações não-governamentais (ONGs), associações de produtores rurais, pesquisadores e extensionistas, com apoio de órgãos governamentais e da iniciativa privada.

No Espírito Santo, em fevereiro passado, o governo estadual anunciou a criação de 10 florestas-modelo de 50 hectares cada, onde devem ser plantadas 140 espécies diferentes, em diversas regiões do Estado. A tecnologia usada nestas florestas virá da experiência da Vale na reconstituição de matas nas áreas de mineração, após o esgotamento das reservas de minérios. Em lugar de uma só receita de reposição florestal, os agricultores capixabas terão um 'menu' de receitas e poderão optar pela que melhor lhes convier, conforme as carac-

terísticas de sua propriedade.

Assim, eles poderão manter, enriquecer ou plantar suas Áreas de Preservação Permanente (APPs) ou Reservas Legais (RLs) com sustentabilidade – econômica e ecológica – em sistemas que o remunerem. Há opções, por exemplo, que permitem a retirada de madeira branca em 6 meses e a obtenção de mourões de cercas ou cabos de ferramentas agrícolas em 2 anos, tudo dentro da lei e de forma a atender às necessidades na propriedade.

A expectativa do governo capixaba é atingir a meta de 621 mil hectares de florestas plantadas até 2025, beneficiando 20 mil produtores rurais. Hoje, a área plantada com matas, no Espírito Santo, é de 211 mil hectares. O investimento da Vale é de R\$ 5,5 milhões para 5 anos, além da disponibilização de 2,6

E os proprietários de terras não sabem a quem recorrer para se ajustar. A expectativa de solução existe, mas depende da união dos produtores com ambientalistas, pesquisadores e técnicos da extensão rural...

milhões de mudas de nativas. A recomposição de RLs e APPs agora é prioridade na extensão rural e os extensionistas serão capacitados nas florestas-piloto, para aprender na prática.

Em São Paulo, iniciativa semelhante envolve a Associação Mata Ciliar, a Coordenadoria de Assistência Técnica



Liana John*

Integral (CATI), as Casas da Agricultura, prefeituras municipais e associações de produtores rurais de 18 municípios formadores dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. A ONG conta com recursos da Petrobras Ambiental e uma experiência de 30 anos na coleta de sementes, produção de mudas e plantio de matas ciliares.

Por meio de cursos técnicos e educação ambiental, uma equipe de 23 técnicos e pesquisadores da organização ambientalista motivam os produtores rurais a investir na diversificação da produção e no aumento de produtividade, compensando os ganhos extras com a liberação das áreas de proteção obrigatória, sobretudo aquelas que conduzem à produção de água, ou seja, as APPs relacionadas a mananciais e cursos d'água.

Os produtores de leite, por exemplo, exploram alternativas de produção de derivados com uma boa entrada no mercado, além de vivenciar práti-

cas de manuseio do leite e confecção desses derivados e além de aprender noções de higiene, legislação e receitas de queijo minas, ricota, mussarela, iogurte e requeijão.

Ao considerar a água como bem comum, o grande elo da vida, os ambientalistas procuram convencer o homem do campo a ser o principal agente da transformação necessária, participando de forma mais ativa na conservação e proteção dos mananciais. Afinal, um dos primeiros beneficiados com o aumento da disponibilidade de água e a melhoria na qualidade da água é ele mesmo, sua família, suas criações e suas lavouras.

Outro esforço semelhante existe há 3 anos na bacia do rio Xingu, envolvendo uma equipe multidisciplinar do Instituto Socioambiental (ISA) e numerosos parceiros no governo estadual (MT), prefeituras municipais, associações rurais e instituições de pesquisa. Investindo pesado na capacitação técnica de quem realmente está no campo, a equipe da ONG fechou diversos acordos para produzir tecnologias adequadas para a recuperação de APPs em lavouras de soja e em fazendas de pecuária de corte.

A meta principal dos ambientalistas é proteger as nascentes do Xingu, mas eles sabem que não podem fazer isso sem contar com os produtores rurais. Então, como os paulistas, procuram mostrar as alternativas de ganho de produtividade, pedindo, em troca, que eles abram mão pelo menos das faixas de vegetação obrigatória em torno das nascentes e ao longo dos rios, as APPs.

A equipe do ISA identificou 45 coletores de sementes de nativas, sendo 3 aldeias indígenas, e passou a trabalhar em modelos de plantio de baixo custo e alta eficiência quando ao desenvol-



vimento das espécies nativas. Conseguiu também engajar pesquisadores e projetos de pesquisa da Embrapa Meio Ambiente e hoje já tem um calendário de divulgação dos sistemas de plantio desenvolvidos, em 'Dias de Campo' com alto índice de participação de produtores, grandes e pequenos.

Os sistemas de plantio de florestas aproveitam recursos, insumos e equipamentos disponíveis nas propriedades e custam menos da metade dos sistemas tradicionais de reposição florestal, com covas e mudas, que exigem controle de formigas e capina. Primeiro as APPs a serem recuperadas são isoladas com cercas e aceiros. Depois, as árvores nativas de várias espécies – de preferência coletadas na região – são semeadas misturadas a adubação verde, utilizando o maquinário agrícola da propriedade. O plantio é direto sobre a palha, o que favorece a estruturação do solo e a retenção de umidade.

A adubação verde nasce primeiro, faz sombra e assim diminui a re-infestação de capim braquiária, que pode virar praga, se não for controlado. As árvores nativas aproveitam a som-

bra da adubação verde para germinar. Quando precisam de sol, dali a alguns meses, a crotalaria ou o feijão-de-porco já estão secando e elas podem emergir.

Entre as linhas podem ser colocados poleiros para atrair aves. Elas se encarregarão de semear outras espécies nativas, contribuindo para o aumento da biodiversidade vegetal e para a atração de outros animais.

"A tecnificação e a melhoria da produtividade agropecuária são os melhores caminhos para convencer os produtores rurais a manter ou recuperar suas APPs", concorda Roberto Messias Franco, presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). "Se multiplicarmos a produtividade dos pastos, por exemplo, podemos pensar em liberar a área a ser protegida". Messias admite que a discutir as Áreas de Preservação Permanente é mais simples do que dessemear a questão da Reserva Legal, pois os produtores reconhecem as APPs como áreas frágeis, sujeitas à erosão e ao assoreamento, se permanecerem expostas. E defende o estabelecimento de uma Agenda Verde no Ibama para apoiar o produtor de forma a tornar mais produtivo proteger do que devastar: "Em vez de ator do desmatamento, o produtor pode ser ator da recuperação, se mexermos na produtividade", reitera. "Por isso tenho insistido na capacitação dos fiscais e agentes ambientais e na formação de grupos de voluntários. Produtividade é a nossa grande discussão".

*Editora Executiva
e-mail: liana@terradagente.com.br

Áreas de Preservação Permanente ou APPs são as faixas de vegetação em torno de mananciais, rios, represas, necessárias para a manutenção da qualidade da água. Também são as encostas muito inclinadas e os topos de morro, que sem vegetação sofrem erosão. São áreas frágeis e ocupá-las com construções ou lavouras e gado é um risco ambiental.

A Reserva Legal foi criada na lei brasileira como reserva florestal e depois se transformou numa espécie de reserva biológica. O objetivo inicial – de garantir uma reserva de produtos florestais para o futuro uso do proprietário da terra – se perdeu. E hoje os ambientalistas esperam conter os desmatamentos tendo a reserva legal como barreira, enquanto os produtores rurais consideram as restrições ao seu uso uma ingerência em sua propriedade.

*Jornalista e editora executiva da revista Terra da Gente

LEIA MAIS sobre a sustentabilidade agropecuária e a revisão do Código Florestal na revista Terra da Gente de março de 2009. Ligue 0800 703 3788.

TerraGente

edição 27 | 2009 HFF&CampoBrasil 23